

DESTRINCHANDO A RELEVÂNCIA DA CATEGORIA VALOR DE USO NA TEORIA MARXIANA

Lucas Di Candia Ramundo *

RESUMO

Este trabalho visa investigar, dentro do amplo arcabouço categorial do pensamento marxiano, a relevância da categoria valor de uso. Para tanto, nos calcamos inicialmente numa definição precisa do que Marx entende ser o valor de uso, para posteriormente apresentar diversos momentos dentro do pensamento do autor nos quais a categoria desempenha um papel fundamental, como no processo de valorização do capital, na renda da terra e na taxa de lucro. Ao fim, pretende-se mostrar que o valor de uso tem sim relevância por si próprio, e não apenas quando subjugado ao valor, ou valor de troca.

Palavras-chave: Valor de uso; renda da terra; rotação do capital; taxa de lucro; mercadorias especiais.

ABSTRACT

This work aims to investigate, within the broad categorical framework of Marx's thought, the relevance of the category use-value. To this end, we are based initially in a precise definition of what Marx understands be the use-value, to later introduce several times within the author's theory in which the category plays a key role, as in the case of capital appreciation, land's income and the profit rate. At the end, it is intended to show that the use-value has relevance for himself, and not only when under the value, or exchange value.

Keywords: Use-value; land's income; capital rotation; profit rate; especial commoditties.

Área ANPEC: Área 2 - Economia Política

Classificação JEL: B14 – *History of Economic Thought through 1925: Socialist/Marxist*

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.

1. INTRODUÇÃO

Dentro do amplo escopo do que se convencionou chamar de Teoria Marxista incide um interminável glossário de formas e categorias, todas elas citadas, e/ou tratadas por Marx com graus variados de importância, assiduidade, e abstração. Todas estas categorias estão em alguma medida, presentes e atuantes no objeto de estudo favorito de Marx: o capitalismo, ou mais especificamente o seu modo de produção, sobretudo naquela que é tida como sua obra seminal: “O Capital”. No interior deste amplo contingente categorial, destacam-se com maior vigor, dentre tantos outros: a *Mais-Valia*, o *Valor de Troca*, o próprio *Valor*, o *Trabalho Alienado*, o *Fetichismo da Mercadoria*, e por que não a própria *Mercadoria*, unidade fundamental da análise marxista da produção no capitalismo.

Todas estas categorias tem sua importância em algum aspecto do pensamento marxista, e a elas pode-se acrescentar o *Valor de uso*. Este último tem sido muitas vezes escanteado dentro das interpretações do pensamento de Marx, como se fosse menor sua relevância, ou se só fosse significativa quando estivesse subordinado ao *valor*. Afora a dificuldade em definir o que seria mais ou menos relevante num pensamento tão complexo e minucioso como o marxiano, é difícil imaginar que o próprio autor perderia tantas páginas de seus vastos escritos decifrando e explicando a categoria valor de uso em suas mais diversas formas e acepções, se esta não reivindicasse qualquer importância na sua análise. Muito pelo contrário, o próprio Marx usou como centro de uma forte crítica a Ricardo, a negligência e obscuridade com que este tratava a categoria valor de uso. (ROSDOLSKY, 2001).

O estudo que aqui encontra seu ponto de partida visa destrinchar uma frequente controvérsia no entendimento da teoria marxista: a importância da categoria valor de uso na análise de Marx sobre o modo capitalista de produção. Indo um pouco mais além, o artigo não se restringe a reportar a controvérsia ou debate em torno da questão – apesar de também fazê-lo, necessariamente – mas aqui se toma partido pelo lado que defende a relevância do valor de uso no pensamento de Marx e refuta a tão difundida insignificância ou marginalidade desta categoria para o autor. No desenvolvimento do estudo tentaremos ser o menos “conceitualistas” que seja possível, pois o próprio Marx assim o era¹. No exame crítico marxiano do mundo capitalista, as categorias eram entendidas como *formas de ser* da efetividade, e nunca como meras figuras conceituais fechadas. Ainda que em alguns momentos tenhamos que recorrer a conceituações prontas e até certo ponto definidas, a ideia é entendê-las e explicá-las ao invés de definir por si só, além de compreender sempre o caráter dinâmico e mutável por trás destas “definições”.

Ao fazer referência ao valor de uso em específico este estudo não pretende diminuir ou redimensionar a importância das demais categorias supracitadas, mas apenas mostrar que Marx jamais relegou o valor de uso a um segundo plano, ou o retirou do escopo de sua análise da sociedade mercantil, como muitos estudiosos renomados do marxismo entenderam e propagaram.

¹ Inclusive, em seu último trabalho econômico, “Glosas Marginais ao ‘Tratado de Economia Política’ de Adolf Wagner”, Marx critica bastante o que ele chama de “Economia de Conceitos”, que segundo ele seria praticada por Wagner.

Para atingir o objetivo que aqui se propõe, o presente texto retomará inicialmente a definição da categoria valor de uso e das categorias adjacentes a ela, fundamentais para seu entendimento; posteriormente, ganhará corpo a investigação sobre a significância do valor de uso propriamente dita, através de alguns pontos específicos: a definição de valor de uso formal, as mercadorias especiais e sua importância para Marx; a importância do valor de uso na rotação e reprodução do capital; e por fim a relevância do valor de uso no estudo marxista de fatores como a renda da terra e a taxa de lucro. Ao final, constará um espaço para as considerações finais onde tentaremos amarrar o argumento desenvolvido ao longo do texto, e esperamos lá ter concluído e comprovado teoricamente que o valor de uso é em si mesmo uma categoria importante da crítica de Marx ao sistema de produção empreendido sob a outorga do capital.

2. A CATEGORIA VALOR DE USO EM MARX: DEFINIÇÃO & ENTENDIMENTO.

Como é de entendimento praticamente unânime dentre seus principais interpretadores, o centro da análise de Marx é o Capital, o sistema socioeconômico capitalista, e mais especificamente o seu modo de produção. Dentro desta forma de produção, a mercadoria é o ‘organismo’ elementar mais aparente, sua célula germinativa, e logo, a partir dela o autor dá início ao seu estudo. A mercadoria é entendida por Marx como a forma específica que a riqueza assume no capitalismo, sendo, portanto, uma categoria que possui determinação histórica, e isso não pode ser abstraído de sua compreensão. Esta forma capitalista elementar, a mercadoria, se caracteriza por possuir dois polos opostos e complementares, que atuam sobre ela ao mesmo tempo, formando uma “unidade de contrários²”: o *valor de uso* e o *valor de troca*. O valor de troca corresponde à propriedade de poder ser trocada por outras mercadorias, distintas dela mesma, ou ainda, destarte, é uma relação quantitativa na qual as mercadorias são permutáveis entre si. Já o valor de uso, centro do argumento aqui proposto, entende-se como a propriedade que a mercadoria possui de satisfazer as necessidades humanas, seja de qual natureza for, através de suas propriedades materiais. Ou seja, o caráter sob o qual a mercadoria configura um valor de uso confunde-se com o próprio corpo material do objeto. O valor de uso não tem valor conquanto não seja para o uso e não se torna realidade senão no processo de consumo. Além disso, ele está definido não só qualitativamente como também quantitativamente: valores de uso distintos possuem medidas distintas em consonância com suas particularidades naturais. (MARX, 2008. p.52)

Caso uma e/ou a outra dessas duas propriedades (valor de uso e valor de troca) não sejam satisfeitas, o objeto deixa de ser considerado uma mercadoria. Seguindo e aprofundando a sua análise, Marx irá perceber que a unidade dialética entre valor de uso e valor de troca é uma contradição que se dá na esfera da aparência. Nada mais que uma relação antinômica que se compreende apenas na forma de manifestação da verdadeira

² A **unidade de contrários**, termo que surge pela primeira vez neste texto, compõe uma das leis fundamentais do materialismo dialético, base do método marxiano de análise. Diz ela que, em praticamente tudo se pode encontrar uma composição de forças contrárias inter-relacionadas e que possibilitam as variadas etapas de mudança e evolução dinâmica que ocorre nas coisas. É a afirmação e a negação coexistindo e atuando no mesmo ser, ao mesmo tempo.

contradição essencial da mercadoria, esta entre *valor* e *valor de uso*. Sobre este entendimento da contradição aparente e essencial, afirma Marx (2011, p.174):

[...] eu não divido o valor de uso e o valor de troca como termos antitéticos em que se decompõe o abstrato, o ‘valor’, apenas afirmo que, a forma social concreta do produto do trabalho, da mercadoria, é por uma parte valor de uso e por outra parte ‘valor’, não valor de troca, posto que este é uma simples forma de manifestar-se e não seu próprio conteúdo.

2.1. Poderia ser o valor de uso a substância do valor?

Ao entender o *valor* como regulador das trocas, como característica intrínseca da mercadoria que se manifestava aparentemente no *valor de troca*, Marx passa a investigar o que seria então a substância deste valor. Numa perspectiva econômica mais tradicional a substância do valor era a utilidade conferida àquela determinada mercadoria, sendo assim oriunda de uma relação subjetiva entre consumidor e produto final. Marx discordava desta concepção: para ele, era notório que o homem só possui duas formas de obter riqueza, quais sejam: buscando pronta na natureza, ou produzindo-a.

Desta forma, o fundamento do valor da riqueza – incluindo aqui a mercadoria – só pode vir da sua própria produção, ou sendo ainda mais preciso, do trabalho dispendido para produzi-la. Toda esta análise de Marx já configura um empecilho ao valor de uso como substância fundamental do valor. Isto porque, a partir desta ideia, ao assumir o valor de uso como elemento substancial do valor, estaria se delegando a valoração do bem a uma relação subjetiva homem-produto final, e desconsiderando-se todo o trabalho humano anterior, envolvido na sua produção. Ora, o valor de uso de uma mercadoria só existe devido às suas propriedades materiais, e estas por sua vez, só existem devido ao processo de trabalho dispendido na sua produção, portanto este último não pode ser ignorado. Afora este argumento, outros impedimentos teóricos e empíricos merecem ser ressaltados para entender a negação de Marx ao valor de uso como fundamento do valor, sendo eles:

- A “trans-historicidade”³ do valor de uso: esta propriedade da riqueza possui a característica de não ser determinada historicamente. Isto quer dizer que qualquer que seja a forma socioeconômica vigente, o homem sempre produz para satisfazer suas necessidades, seja com a produção para consumo próprio, seja para vender os seus produtos e comprar outros no mercado. O próprio Marx assim define: “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. (Marx, 1988. Vol I. p.46). Portanto, parece de fato incoerente que, se Marx está procurando o conteúdo substancial do valor, como propriedade característica do sistema mercantil, atribua esta ‘função’ a uma propriedade supra-histórica tal qual o valor de uso, que não confere à mercadoria nenhuma particularidade ligada ao modo mercantil de produção e circulação.

³ Ao longo deste trabalho recorreremos por diversas vezes aos termos pouco usuais “a-histórico”, “trans-histórico” e “supra-histórico”, além de suas variações substantivadas. Em todos os usos buscamos traduzir o seguinte sentido: algo que não é determinado de um período histórico, ou seja, que possui presença e validade em qualquer época ou formação social.

- No processo das trocas, são permutados valores de uso qualitativamente distintos, de forma que a substância fundamento do valor fica responsável por igualá-las em qualidade, para que possam ser trocadas. Portanto, o que determina a troca não é a alienação de valores de uso distintos, mas a igualdade que se dá entre as mercadorias, através de seus valores. Assim, se a substância do valor deve ser algo que iguale as mercadorias em valores qualitativamente iguais para possibilitar as trocas, não pode esta substância ser o valor de uso.

Tudo isso posto, fica claro que a constituição fundamental do valor é o trabalho abstrato gasto no seu processo produtivo. E o tempo de trabalho médio socialmente necessário para produzir a mercadoria determinará a grandeza deste valor. Então, não sendo o valor de uso uma categoria historicamente determinada e tampouco o fundamento do valor, ele perde totalmente a importância na crítica marxiana ao sistema econômico capitalista? Desacertadamente, alguns autores importantes diriam que sim.

O economista Paul M. Sweezy, considerado o mais relevante pensador marxista dos EUA desde a época da Guerra Fria⁴, é provavelmente o mais ferrenho defensor desta ideia. Em sua obra seminal *“Teoria do desenvolvimento Capitalista”* (1942), Sweezy desenvolve um tópico inteiro em torno deste argumento. Destarte, o autor comete um equívoco relevante, ao colocar como se a mesma coisa fossem, o conceito de valor de uso para Marx e o conceito de utilidade para a teoria econômica moderna. Diz ele: “Marx excluía el valor de uso – o como ahora se llamaría la “utilidad” – de la esfera de investigación de la economía política (...)”. Ora, se para Marx, como já foi frisado, o valor de uso advém das propriedades materiais de uma mercadoria, e estas por sua vez vem do trabalho dispendido em sua produção, este não pode ser considerado o mesmo do que a *utilidade* para a economia moderna, já que a utilidade é definida apenas a partir de uma relação particular entre o consumidor e o produto final, após a produção estar concluída, e independente à forma como se deu o processo produtivo. Portanto a noção de utilidade não traz qualquer relação com o trabalho útil concreto cristalizado na mercadoria ao longo de sua produção, já o valor de uso tem relação direta e total com esta ‘gelatina’ de trabalho concreto incorporada ao produto. Além deste equívoco digamos, terminológico, Sweezy incorre no erro de dizer que Marx exclui o valor de uso do seu campo de análise crítica da economia política. Diz ele, enfaticamente:

O valor de uso não confere a uma mercadoria nenhum caráter peculiar. Os objetos de consumo humano em todas as épocas e sob qualquer forma de sociedade possuem igualmente valor de uso. (*Até aqui, perfeito e consonante com o entendimento de Marx*). O valor de uso expressa certa relação entre o consumidor e o objeto consumido. (*Aqui, já há certa confusão entre Valor de uso e Utilidade*). A economia política, por outro lado, é uma ciência social das relações entre as pessoas. Daí se segue que o valor de uso como tal fica fora do campo de investigação da economia política. (P. Sweezy, 1942 , p. 63 - tradução livre, grifos e comentários nossos)

O autor está correto ao dizer que ‘a economia política é uma ciência social das relações entre as pessoas’, mas se equivoca ao afirmar que Marx exclui o valor de uso deste escopo por ele não encerrar em uma relação social entre os homens, e sim uma

⁴ Ressalte-se que esta opinião não é de nossa responsabilidade, mas está presente no obituário do autor, publicado em fevereiro de 2004 no jornal *The New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2004/03/02/business/paul-sweezy-93-marxist-publisher-and-economist-dies.html>

relação direta homem-objeto. Entretanto, o próprio Marx parece corroborar esta ideia, quando diz:

Ainda que o valor de uso seja objeto de necessidades sociais e se articule, por conseguinte, à sociedade, não expressa, todavia, uma relação de produção social. Seja esta mercadoria considerada em seu valor de uso: um diamante, por exemplo. Olhando o diamante, não se percebe que é uma mercadoria. Quando serve como valor de uso, estético ou mecânico, sobre o colo de uma dama ou na mão do lapidário, é diamante e não mercadoria. Parece tornar-se necessário que a mercadoria seja um valor de uso, mas indiferente que o valor de uso seja uma mercadoria. O valor de uso, quando encarado de modo indiferente em relação à determinação econômica formal, isto é, o valor de uso como tal, encontra-se fora da esfera de investigação da Economia Política. O valor de uso entra nela somente quando é determinado de forma econômica (MARX, 2008. p.52-53).

Ora, o que Marx nos indica aqui é tão somente que o valor de uso, analisado isoladamente, apenas como valor de uso em si mesmo, não carrega em si uma relação social, e estará, portanto, a priori, fora do campo de investigação da economia política. Porém, quando for determinação econômica formal, o valor de uso ganha relevância e entra fortemente no círculo de análise. E o que será que Marx queria dizer com “determinação econômica formal”? Uma ‘definição’ interessante seria: o valor de uso, abstraído de todas as suas determinações de caráter histórico, não desempenha realmente um papel relevante, porém, quando despontam suas relações com as condições sociais de produção (seja influenciando ou sendo influenciado por estas), o valor de uso ganha significação econômica mais acentuada⁵. Afortunadamente, para nos acautelar de eventuais erros nessa tentativa de definição, o próprio Marx assim resume nos *Grundrisse*: “Em consequência, este material (*ou valor de uso*) aparece primeiramente como simples pressuposto que se situa totalmente fora da reflexão da economia política e só entra na esfera da reflexão quando é modificado pelas relações formais ou aparece modificando-as.” (MARX, 2011. p.1180 - o trecho em destaque não é original). Portanto, o valor de uso ganha importância quando determinado - ou determinante - formalmente falando, pelas relações socioeconômicas vigentes. Passemos agora a estudar mais precisamente este *valor de uso formal* e sua verdadeira relevância para o pensamento marxiano.

2.2. Valor de uso: influência direta na valorização do capital.

Vimos nas sessões anteriores que a mercadoria é uma forma de riqueza possuidora de um duplo caráter: por um lado é valor de uso e por outro é valor de troca, sendo ambos apenas formas distintas de expressão de uma mesma unidade. Isto no campo da aparência, enquanto forma de manifestação. Posto que na essência da mercadoria a contradição imanente se dá entre o valor e o valor de uso.

⁵ Vale ressaltar que este artigo refuta a hipótese aceita por alguns estudiosos do marxismo de que a categoria valor de uso, por sua supra-historicidade, só ganha relevância quando subordinada à categoria histórica do valor. Não é isso que Marx quer passar com os trechos que reproduzimos, e esperamos mostrar mais adiante que essa hipótese não tem validade: o valor de uso, em sua determinação formal, tem importância por si próprio na contribuição crítica de Marx sobre o modo capitalista de produção.

Assim define Marx: “Como materialização de trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade.” (MARX, 2008. p.53). E essa mesma unidade, conforme já citamos anteriormente, é o **trabalho**. O trabalho mercantil, enquanto produtor de mercadorias de duplo caráter possui, ele próprio também um duplo caráter: é trabalho geral-abstrato, indiferenciado, mero dispêndio de músculos e cérebro, e criador do valor de troca; ao mesmo tempo em que é trabalho concreto, específico, determinado, criador de valores de uso. Nas palavras do próprio autor: “[...] o que parece ser materialmente uma diferença dos valores de uso surge no processo de produção como uma diferença da atividade que produz os valores de uso. Indiferente à substância particular dos valores de uso, o trabalho criador do valor de troca, é indiferente à forma particular do próprio trabalho.” (MARX, 2008. p.54)

Sendo o trabalho mercantil uma unidade entre trabalho concreto (produtor de valores de uso) e trabalho abstrato (gerador de valor), desdobra-se ele num processo de trabalho⁶, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, um processo de formação de valor (e também de valor excedente, no caso da economia capitalista). Tal qual o valor de uso configura-se como um substrato material para o valor, o processo de trabalho é um meio para o de valorização. Assim define Marx (1988, p.641): “Como no modo de produção capitalista o processo de trabalho só aparece como um meio para o processo de valorização, a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza.” (Logo à frente voltaremos a este ponto da reprodução do capital).

Em última instância, a lógica do processo de trabalho se submete à lógica do processo de valorização (Carcanholo, 2008). Desta forma, as leis gerais da acumulação capitalista irão influir decisivamente na dinâmica do processo de trabalho. Muito desta acumulação rege-se pela busca do aumento da produtividade. Maior produtividade implica em menor tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria, e logo em vantagem para o capital que conseguir impor este aumento. Este capital mais produtivo conseguirá produzir uma mercadoria de menor valor individual, porém a venderá por seu valor de mercado, ou seja, lhe será permitido apropriar-se de um mais-valor extra, além daquele mais-valor regular da produção e circulação de qualquer mercadoria. Nesse sentido, o lado material da produção estará influenciando diretamente na valorização do capital. Daí, inclusive Marx ter gasto inúmeras páginas d’O Capital (Livro I) explicitando detalhadamente o processo de trabalho e suas nuances. Preciso e minucioso como foi o autor na redação do primeiro livro, jamais o faria se não atribuisse qualquer importância ao lado material da mercadoria (*valor de uso*) e seu processo de produção, para a compreensão do modo de funcionamento da economia capitalista.

Outra forma sob a qual o valor de uso interfere diretamente na valorização do capital é por meio do tempo de produção e circulação deste. A este ciclo de produção e curso do capital, completo e periódico, Marx alcunha de *rotação*. O tempo que o valor-capital demora em completar seu ciclo inteiro varia conforme a esfera de investimento, o tipo de mercadoria, e logo, do tipo de valor de uso que se observa. O fato é que a mercadoria, seja ela de que natureza for, tem a propriedade de ser perecível, ou seja,

⁶ Tomando emprestada uma definição de CARCANHOLO (2008, p.30): “O processo de trabalho consiste na atividade concreta que o homem exerce orientada para um fim específico, para a produção de um determinado produto. Para tanto, ele procura transformar o objeto de trabalho, utilizando instrumentos que lhe facilitam a atividade, chamados de meios de trabalho. [...] é, portanto, a efetivação (objetivação) do trabalho concreto e, conseqüentemente, tem como fim a produção de valores de uso.”

tem um tempo determinado para ser consumida (produtivamente), ou pelo menos vendida. Não o sendo, a mercadoria perece e perde sua capacidade de portar valor. O valor de uso da mercadoria determinará diretamente o tempo que levará este processo de deterioração.

Mas antes de entrarmos diretamente no terreno da rotação do capital e suas determinações, repitamos o cuidado do próprio autor no livro II d'O Capital, diferenciando anteriormente as partes constituintes do capital em *Capital Fixo* e *Circulante (ou líquido)*. A parte do capital que assume a forma de *capital fixo* tem a seguinte peculiaridade: os elementos que se incluem nesta parte do capital conservam uma porção de seu valor fixado em si, ao longo da inteira extensão de seu funcionamento, porção essa que independe das mercadorias que ajuda a produzir. As demais partes do capital despendido no processo produtivo, que não carregam consigo esta propriedade, constituem o *capital circulante (ou líquido)*⁷. Em última instância, trazendo para uma linguagem mais direta, o *capital fixo* é constituído por aqueles componentes do processo produtivo que concedem o seu valor ao produto final ao longo de vários ciclos de produção, ou seja, cedem uma parcela de seu valor a cada rotação. Os elementos constituintes do *capital circulante*, por sua vez, cedem seu valor inteiramente à formação de valor do produto final, a cada processo produtivo. Isso faz com que o último reivindique reposição a cada rotação do capital, enquanto o primeiro leva certa quantidade de ciclos para necessitar ser resposto.

Juntando estas informações fica fácil depreender: o tempo de rotação do capital fixo é, portanto, maior do que o tempo de rotação do capital circulante. Porém, o que vai determinar exatamente as diferenças relativas desta durabilidade, são as diferenças qualitativas entre os próprios corpos materiais dos meios de trabalho (e logo, seu valor de uso). Essa conclusão se desnuda na seguinte passagem d'O Capital (Marx, 2014.p. 249): “Por fim, a diversidade da transferência do valor ao produto [...] deriva da diversidade das *formas materiais* em que o capital produtivo existe, das quais uma parte é inteiramente consumida durante a criação do produto individual, enquanto outra só é consumida de modo gradual.” Em outro trecho, agora nos *Grundrisse* (p.865), Marx corrobora este argumento em meio a uma crítica da forma como Ricardo diferencia os capitais fixos e circulantes:

Desde logo o incorreto aí é que, de acordo com Ricardo, o capital seria “mais ou menos efêmero”. O capital como capital não é efêmero – o valor. Mas o valor de uso em que o valor está fixado, no qual ele existe, é “mais ou menos efêmero” e, em decorrência disso, tem de ser “reproduzido com maior ou menor frequência em um dado período”.

Ou seja, é a efemeridade do valor de uso em questão, que para Marx irá determinar a durabilidade relativa dos meios de produção e, portanto, a frequência de sua recomposição. Assim, não resta qualquer dúvida nesse ponto, já que em diversas oportunidades Marx é textual em definir mais uma determinação fundamental do valor de uso em sua análise crítica do modo capitalista de produção e distribuição.

⁷ É importante não confundir a diferenciação *Capital Fixo* e *Capital Circulante*, com aquela que Marx faz no capítulo 6 do Livro I, entre *Capital Constante* e *Capital Variável*. Para nós, vale o friso de que não se trata da mesma coisa, mas de outro critério para diferenciar as partes do capital. O próprio Marx é bem enfático ao definir esta confusão como um “erro fundamental” (O Capital, Livro II. Cap.8, p.243). Para maiores detalhes ver o capítulo supracitado e o capítulo 8 do Livro II d'O Capital.

Em outro nível deste mesmo estudo, agora sim Marx se ocupa de entender a reprodução total do capital social⁸. Ao termo de cada ciclo produtivo individual, não importava o corpo material, ou valor de uso, que funcionaria como substrato material do valor, ou nas palavras de Marx: “[...] a forma natural do produto mercantil era totalmente indiferente para a análise.” Importava apenas que houvesse um corpo material para carregar o valor, seu tipo ou qualidade não era fundamental para o estudo. Já no exame da reprodução e circulação de todo o capital social, a forma natural das mercadorias produzidas na sociedade apresenta esta significação essencial: para a renovação ininterrupta do processo de produção, é necessário que se tenha em presença determinadas quantidades de meios de produção e de objetos de consumo, sendo indispensável que eles sejam produzidos em determinadas proporções. Ou seja, no estudo da reprodução do valor capital, seja ela simples ou ampliada, interessa a unidade entre valor e valor de uso.

Não sendo importantes aqui todos os equívocos e distorções do pensamento leninista em relação ao marxiano, valemo-nos de uma feliz sentença de Lênin para corroborar o nosso argumento (1897, vol II. p.144, destaque não original): “[...] a questão da realização também consiste nisto — em analisar a compensação de todas as partes do produto social, quanto ao valor e a *forma material*.”. O que se quer dizer é que, ao contrário do que ocorre na produção, no caso da reprodução, torna-se fundamental a recomposição dos meios produtivos, mas não apenas em termos de valor, como também em termos de valor de uso. Ou seja, não adianta apenas repor o valor total dos meios de produção, mas é indispensável tê-los na quantidade e qualidade necessárias para a continuidade do processo produtivo. Mais uma vez o valor de uso faz-se mister num ramo de grande relevância dentro do *productio modus* capitalista.

3. A RELEVÂNCIA DO VALOR DE USO NA RENDA DA TERRA, NA TAXA DE LUCRO, E NAS MERCADORIAS ESPECIAIS.

Desconsiderando o equívoco de sermos muito “conceitualistas” e pouco precisos, a controversa Teoria da Renda da Terra de Marx⁹ pode ser entendida como um conjunto articulado de conceitos e análises investigados por ele a fim de dar conta das relações especiais que se estabelecem entre capitalistas e proprietários de terras no interior da sociedade capitalista¹⁰, ou, diretamente, nas palavras do próprio autor, sua “análise da renda da terra” objetivava “examinar as relações específicas de produção e circulação oriundas da aplicação do capital na agricultura”, posto que “sem essa análise seria incompleta a análise do capital”¹¹. Desde aqui é oportuno elucidar que não nos cabe entrar nos meandres mais teóricos da renda da terra, mas sim na influência da categoria valor de uso sobre este importante aspecto da teoria de Marx.

⁸ Numa definição simples, o capital social é o conjunto de todos os capitais individuais de uma economia, tomados em sua inter-relação, e em sua interdependência.

⁹ Vale ressaltar ainda que não houve tempo para que a teoria marxiana da renda da terra fosse terminada pelo seu autor, por isso ela não se acha completa e estruturada em nenhuma de suas obras. O que se entende por esta teoria é uma compilação de argumentos que encontram-se disseminados ao longo de seus escritos, sobretudo no Livro III d’O Capital.

¹⁰ Definição baseada em Freire (1989, p.3).

¹¹ Marx (1974, p.706).

A terra – marcadamente a propriedade dela – configura em última instância uma mercadoria (pois possui valor de troca, valor de uso, e é transacionada num mercado) de valor de uso especial. Encontra-se dentro de uma categoria de valores de uso comumente chamada de “propriedades da natureza”, que têm a peculiaridade de que sua criação não seja dada no interior de um processo de trabalho.

Leigamente falando, a renda da terra nada mais é que o pagamento feito ao proprietário de determinado pedaço de terra na forma de tributo pelo uso de exploração deste solo. No entendimento de Marx, a renda da terra é mais-valia em última instância, apenas uma forma particular e específica dela, mas ainda produto de trabalho excedente. Entende ele ainda que a renda fundiária não provém meramente do solo, ou de sua posse, mas como todas as outras formas de mais-valor, provém do mais-trabalho (ou trabalho excedente). Este discernimento fica muito claro na seguinte passagem dos Manuscritos¹² de Marx:

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual dessa fonte e só dessa fonte. Não provêm do solo, como tal, nem como capital em si; mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obter a sua parte correspondente de mais-valia, que o empregador capitalista extorque do trabalhador.

Dáí pode-se depreender que o valor de uso da terra consiste em permitir ao seu proprietário que se aproprie da forma correspondente de mais-valia, através do recebimento da renda fundiária pela exploração de seu solo. Mas esse valor de uso não é provido pelo solo em si, mas pelas relações sociais encerradas ali. Diz Marx, nesse sentido: “A renda é um resultado das relações sociais, nas quais se leva a cabo a exploração da terra. Não pode ser resultado da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos duradoura da terra. A renda deve sua origem à sociedade e não ao solo¹³”. Em resumo, quer seja como valor de uso formal, ou valor de uso social, o fato é que a categoria valor de uso deve ser levada em conta quando tratamos da renda da terra, e portanto se evidencia aqui mais um papel que joga esta categoria dentro do estudo marxiano da economia sob o jugo do capital.

Dentre as tantas formas em que o valor de uso mostra relevância dentro da teoria marxiana, uma mais que se destaca é em relação à taxa de lucro. Para entrarmos neste ponto, vale uma breve definição do que é *lucro*, e sua respectiva taxa, no entendimento de Marx (2011. p.631-632):

Em virtude de a circulação estar inserida no processo de reprodução do capital - no movimento efetuado por este fora do processo imediato de produção - o mais-valor já não *aparece* posto por sua relação simples e imediata com o trabalho vivo; esta relação se apresenta, antes bem, só como um fator de seu movimento total. O capital [...] por isto, o valor recém-produzido já não se mede por sua medida real, a proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário, mas se mede por si mesmo pelo capital

¹² Passagem retirada de: Marx, K. **Salário, Preço e Lucro**. In: Marx, K., & Giannotti, J. A. (1978). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, p.86.

¹³ Trecho retirado de: Marx, K. (1976) **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Editorial Grijalbo, p.156-157.

como suposto desse valor. Um capital de um valor determinado produz em um lapso determinado um mais-valor determinado. O mais-valor, medido assim pelo valor de capital presumido – e posto assim o capital como valor que se valoriza a si mesmo – é o lucro [...] e a taxa de lucro está, portanto determinada pela proporção entre seu valor e o valor do capital.

Esta definição, que num primeiro exame parece muito simples e apriorística, guarda alguns elementos interessantes que vão fundamentar a teoria do lucro capitalista em Marx. Destarte, vale a percepção que a categoria *lucro* não deve ser confundida com a *mais-valor*. Lucro e mais-valor não são a mesma coisa, embora o sejam¹⁴. A taxa de mais-valor está na esfera da *produção* de valor, enquanto o lucro surge na esfera da *apropriação* deste valor. A taxa de lucro será, portanto uma proporção direta entre a *massa de mais-valor* e o *capital total adiantado*, sendo a relação $\left(\frac{m}{c+v}\right)$ onde “m” é a massa de mais-valor e “c + v” é a soma do capital constante com o capital variável investido no início do processo produtivo.

Alguns elementos terão influência direta na determinação da taxa de lucro, dentre eles a parcela do capital variável na composição percentual do capital adiantado. Isto por que, tanto maior seja esta parcela, maior será a parcela dos fatores que cria valor novo, que gera mais-valor. Outro fator é o tempo de rotação do capital. Quanto mais rápida for a rotação de seu capital, maior será a taxa de lucro auferida pelo capitalista. E neste ponto entra diretamente a influência do valor de uso. Como já detalhamos na sessão anterior, o valor de uso pode interferir no tempo de rotação do capital - através da composição do capital em partes *fixas* e *circulantes* - e portanto, interferirá também na função taxa de lucro.

Por fim, emprestando uma observação de Rosdolsky (2001, p.116), temos que a importância do valor de uso na determinação da taxa de lucro se dá também através da dinâmica de oscilação dos preços e valores. Diz o autor que esta relação se dá sob a observância de que a taxa de lucro depende diretamente das oscilações de valor das matérias-primas. Sancionando este argumento, lê-se num trecho d’O Capital (Livro III, p.140):

São especialmente os produtos agrícolas propriamente ditos, as matérias primas provenientes da natureza orgânica, as que estão sujeitas a esta classe de oscilações de valor como consequência da variação nos rendimentos das culturas, etc. [...] A mesma quantidade de trabalho pode se apresentar aqui, como consequência de condições naturais incontrolláveis, das estações favoráveis ou desfavoráveis, etc., em quantidades de valores de uso completamente diferentes, e uma medida determinada destes ditos valores de uso terá em consequência, um preço totalmente diferente. Esta classe de variações dos preços afeta sempre a taxa de lucro, inclusive quando deixam totalmente intactos o salário, e em consequência a taxa e a massa de mais-valor.

¹⁴ Lucro e mais-valor podem ser considerados a mesma substância, mas em instâncias diferentes de manifestação. Ainda nos *Grundrisse* (pp.489 e 648), Marx definirá que o lucro deve ser concebido “como uma forma alterada, derivada e secundária da mais-valia [...] mais desenvolvida – no sentido do capital [...] – a forma burguesa, na qual se apagaram os vestígios de sua gênese.”

A teoria de Marx em torno do lucro capitalista é muito maior e mais complexo do que o exposto aqui¹⁵. Porém, satisfazendo ao objetivo deste estudo, provamos com esta breve exposição ser a taxa de lucro mais uma categoria fundamental na análise de Marx, sobre a qual o valor de uso oferece influência significativa, nesse caso por mais de um mecanismo ao mesmo tempo.

Para finalizar nosso argumento, trataremos de três mercadorias que, dentro da teoria marxiana sobre o modo capitalista de produção, são consideradas *mercadorias especiais*. Nessas mercadorias está, seguramente, um dos maiores relevos da categoria valor de uso dentro do pensamento crítico de Marx, senão o maior deles. Na definição de Carcanholo (2008, p.32 -33), a especialidade dessas mercadorias não se encontra em valores de uso materiais, tampouco em seus valores, mas está em seus *valores de uso formais*, ou seja, em utilidades que elas avocam em suas relações formais com a economia mercantil-capitalista. Estas três mercadorias são a *força de trabalho*, o *equivalente geral (ou o dinheiro)* e a *mercadoria-capital*. Tratemos primeiramente da força de trabalho e suas especificidades.

No seu desenvolvimento analítico do modo de produção regido pelo capital, Marx se depara com um “constrangimento teórico”, por assim dizer: ele percebe que o mais-valor não surge na circulação, mas tampouco pode surgir sem ela. Ele é criado na produção, mas é na circulação que se consolida, se realiza. Mas então, como que em meio à troca de equivalentes, ou seja, mercadorias sendo trocadas pelos seus respectivos valores no mercado, o capital consegue auferir um valor final maior do que o valor investido inicialmente? Posto que esta valorização do valor não pode ocorrer na forma dinheiro (ao passo que ele apenas manifesta um valor já produzido), nem tampouco pode acontecer no valor (visto que valores equivalentes são transacionados), ela ocorrerá no valor de uso. Ou seja, cabia ao capitalista encontrar aquela mercadoria cujo consumo produtivo gerasse valor, de forma que ele comprasse mercadorias por seus valores, vendesse por seus valores e ainda assim pudesse se apropriar de um valor excedente (o mais-valor). Esta mercadoria só pode ser a *força de trabalho*¹⁶.

Como qualquer outra mercadoria, o valor da força de trabalho depende do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. A “produção” da força de trabalho no entanto, pressupõe a existência física do homem e sua capacidade de trabalhar. Dessa forma a sua reprodução depende dos meios de subsistência necessários para mantê-lo vivo e em condições mínimas de trabalho. O valor da força de trabalho, manifestado no salário, varia de acordo com o valor dos meios de subsistência. O valor de uso da força de trabalho, aquele que é buscado pelo capitalista ao contratá-la, corresponde à exteriorização da própria capacidade de trabalhar, ou, em outros termos, o trabalho em si mesmo. O consumo dessa mercadoria também ocorre fora do mercado, como qualquer outra. Nesse caso, ocorre na esfera da produção, e configura, simultaneamente um processo de produção de mercadorias e de geração do mais-valor.

Vale ressaltar aqui que a mercadoria força de trabalho, assim como todas as outras mercadorias, apresenta uma contradição intrínseca entre valor e valor de uso: o

¹⁵ Para uma análise mais completa e minuciosa da teoria marxiana sobre o lucro, sua taxa e seus determinantes, ver a Sessão 1 do Livro III d’O Capital.

¹⁶ Apenas para título de conceituação, Marx entende a força de trabalho como o conjunto de faculdades físicas, mentais e espirituais que coexistem na personalidade do homem, e é posto em movimento para se produzir valores de uso.

capitalista compra a força de trabalho pagando o seu valor¹⁷, visando apropriar-se de seu valor de uso (que consiste em produzir valor e valor excedente); enquanto o trabalhador vende sua força de trabalho, alienando o seu valor de uso para apropriar-se do seu valor (salário). Uma vez mais, a mercadoria nega o seu valor de uso para afirmar o seu valor. (Carcanholo, 2008. p.38). Em resumo, pode-se dizer que o caráter especial da mercadoria força de trabalho não advém de qualquer propriedade material que contenha, mas sim de uma propriedade social. Seu valor de uso mais importante satisfaz a necessidade de uma forma social específica, a economia mercantil-capitalista, sendo essa necessidade a produção de valor (e valor excedente).

A segunda forma especial de mercadoria que trataremos aqui será o equivalente geral, ou o dinheiro. O equivalente geral surge no limite da exteriorização da contradição interna à mercadoria, entre valor e valor de uso. A mercadoria *x*, ao confrontar-se com *y* no ato da troca, está negando seu valor de uso e afirmando seu valor. Mas ela nega esse valor de uso a tal extremo, que passa a expressar seu valor em um outro valor de uso externo à ela, no caso o corpo material de *y* (essa expressão da troca de *x* por *y* Marx chama de *forma simples do valor*). Essa contradição vai se intensificando de tal forma que a mercadoria *x* passa a ser trocada por qualquer outra mercadoria, e logo expressa seu valor no conteúdo material de *n* outras mercadorias, menos no seu próprio (a isso Marx chama de *forma total do valor*). Seguindo nesse raciocínio, Marx vai dizer que se o produtor de *x* agora pode trocá-la por todas as outras mercadorias, da mesma forma os produtores das outras mercadorias podem trocá-las por *x*. Todas as mercadorias, então, começam a expressar seus valores relativamente a uma única mercadoria, que passa a cumprir a função de equivalente geral dos valores. Esta mercadoria *x* passa a ser desejada por todos os produtores, mas não pelo seu próprio conteúdo material (valor de uso específico), e sim pelo seu valor de uso social: ser representante dos valores de todas as outras mercadorias.

Definindo este valor de uso especial da mercadoria-dinheiro, diz Marx (2001, p.559): “Esse seu valor de uso é ele mesmo determinação formal, vale dizer que surge do papel específico que ela [a mercadoria-dinheiro] desempenha pela ação de todas as demais mercadorias sobre ela no processo de intercâmbio”. Ou seja, o que confere ao dinheiro um valor de uso desejado não está em qualquer propriedade material proveniente do trabalho concreto despendido em sua produção, mas sim na função que lhe é imposta pela sociedade mercantil e suas relações de troca, precisamente a função de representante geral dos valores. Portanto é seu valor de uso *formal* e não o específico, que faz do dinheiro uma mercadoria especial.

A terceira mercadoria especial a que nos referimos no início desta sessão foi a mercadoria-capital. Esta mercadoria nada mais é do que uma *autonomização* da forma dinheiro. É o dinheiro adquirindo um valor de uso adicional (além do seu valor de uso formal supracitado, de representante dos valores), que é ser uma forma do capital, funcionar como capital em última instância. Esse valor de uso adicional consiste então, na capacidade de produzir lucro, uma vez transformado em capital.

¹⁷ Aqui cabe uma ressalva interessante. Diferente do que muitos pensam, Marx jamais atribuiu a geração da mais-valia a qualquer tipo de “roubo” do capitalista em relação ao salário do trabalhador. O desafio analítico estava justamente aí: entender a forma como o capital consegue pagar ao trabalhador o exato valor de sua força de trabalho, e ainda assim permite-se apropriar de um valor excedente ao consumir esta mercadoria.

A transação do dinheiro-capital se dá entre o *capitalista proprietário*, aquele que possui o capital mas não está interessado em entrar no ciclo produtivo em dado momento, e o *capitalista em função*, aquele que tem o interesse em produzir, mas não tem o capital necessário. Em troca pelo adiantamento, o capitalista em função paga juros ao capitalista proprietário, além do montante emprestado, isto após o ciclo completo e a mercadoria vendida. A mercadoria-capital é vendida como uma *potencialidade de lucro*. Não importa ao capitalista proprietário o que o outro capitalista fará com aquele dinheiro, tampouco se aquele potencial irá se concretizar. Os juros terão de ser pagos ao fim do processo, de um jeito ou de outro.

Em última análise, o que o capitalista prestamista (proprietário) transfere ao capitalista industrial (em função), não é a propriedade de qualquer mercadoria, nem tampouco há uma transação de compra e venda entre eles, o que existe é a alienação do valor de uso do dinheiro-capital (sob a forma especial de empréstimo), ou, da sua potencialidade de produzir mais-valor. Novamente, temos um valor de uso formal e socialmente determinado, e não produzido por um processo de trabalho. Isto torna a mercadoria-capital também uma mercadoria especial¹⁸.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das três sessões anteriores buscamos investigar, e comprovar, com o maior detalhamento possível, a relevância da categoria valor de uso para o entendimento da crítica marxiana ao modo de produção capitalista. Mostramos que o valor de uso ganha importância fundamental, tanto modificando quanto sendo modificado por relações formais da economia capitalista, presente em aspectos que Marx considerava fundamentais como a rotação do capital, a renda da terra, a taxa de lucro e as mercadorias especiais.

Rechaçamos qualquer possibilidade de que o valor de uso mereça ser escanteado no pensamento marxista, ou colocado fora dos limites de estudo da economia política. Tampouco deva ser olhado como uma categoria subordinada ao valor, manifestado no valor de troca.¹⁹ Julgamos que incorrer neste tipo de prática teórica, além de configurar um erro de interpretação da obra marxiana em si, mostra-se um risco. Tratando de um autor da complexidade e profundidade de Marx, é no mínimo arriscado afastar ou diminuir da análise qualquer aspecto que tenha sido tratado por ele em algum ponto da obra – sobretudo quando se trata de uma categoria como o valor de uso, citado e explicado por ele em diversos momentos de diversas obras. Nos escritos que teve a possibilidade de terminar, Marx foi extremamente cuidadoso, detalhista, minucioso em último grau, de onde podemos inferir que ele não perderia tantas páginas tratando de uma categoria que lhe dissesse pouco, ou nada.

¹⁸ Além desta, a mercadoria-capital apresenta uma outra peculiaridade. Pelo fato de que, sua transação não pressupõe um processo de trabalho (portanto não envolve horas de produção) não é possível determinar o seu valor. Não há trabalho, não há produção, nem tampouco reprodução (como na força de trabalho). Então não há como definir valor. Mas há preço. Nesse caso existe preço (forma) sem valor (conteúdo), e Marx chama-o de “preço irracional”. Especificamente, esse preço é dado pela taxa de juros.

¹⁹ Apesar deste último ponto, não se tentou aqui de forma alguma conceder espaço para a teoria subjetiva do valor. O valor de uso tem sua relevância, é uma pré-condição das trocas, mas não é o seu regulador, pelas diversas razões que expusemos na primeira sessão do desenvolvimento deste texto.

Para concluir, reservamos passagens textuais do próprio Marx – além das tantas que citamos ao longo do trabalho – e que não deixam qualquer dúvida da importância que este atribuía ao valor de uso. Diz ele:

[...] na minha obra o valor de uso desempenha um papel muito importante, diferentemente do que desempenha em toda a economia anterior, embora, tenha-se conta, somente onde se parte da análise de um regime econômico dado e não de especulações abstratas acerca dos conceitos e das locuções ‘valor de uso’ e ‘valor’.”

Ou seja, como tudo dentro da análise marxiana, o valor de uso não é uma mera figura conceitual, ou um termo definido em torno do qual se devam fazer elucubrações, mas é um substrato que desempenha um papel dinâmico dentro de um contexto específico, no caso, a sociedade regida pelo capital. Não adianta que tentemos relevar ou descartar o valor de uso isoladamente, mas o importante é que entendamos sua função dentro de um regime socioeconômico determinado. Julgamos ter sido esse o *modus* característico da cientificidade marxiana, e dessa forma tentamos estruturar nosso argumento ao longo do texto. Em outro trecho, Marx corrobora esta forma de análise:

Tanto no capitalismo, quanto em qualquer outro sócio metabolismo econômico, as diversas formas e categorias irão desempenhar papéis distintos em diferentes níveis de desenvolvimento. Não se trata portanto de descartar qualquer uma delas, mas de entender como estão dispostos estes diferentes papéis.

E emenda tratando especificamente do valor de uso:

[...] o próprio valor de uso desempenha um papel como categoria econômica. Aonde ele desempenha, ou em que medida o valor de uso enquanto substância pressuposta fica à margem da economia e de suas determinações formais, e em que medida entra nelas, é coisa que depende do próprio desenvolvimento.

Nosso esforço argumentativo, longe de pretender esgotar a discussão, apenas buscou contribuir para o debate, arremedando opiniões e acrescentando novas informações. Entende-se, por fim, que Marx atribui sim relevância teórica e prática à categoria valor de uso em seus estudos, e questionar esse ponto é no mínimo um risco teórico. Desnudamos esta perspectiva com passagens originais do autor, em que essa opinião mostra-se bastante clara. Para arrematar, como não seria diferente, recorreremos a um trecho definitivo, escrito pela pena do próprio Karl Marx (2011, p.176, destaques nossos):

[...] no desenvolvimento da forma de valor da mercadoria e, em última instância, em sua forma dinheiro e, portanto, do dinheiro, o valor de uma mercadoria se manifesta no valor de uso de outra, ou seja, na forma material de outra mercadoria; que a própria mais-valia se deriva do valor de uso da força de trabalho, específico e exclusivo dela, etc., etc., e, portanto, que **na minha obra o valor de uso desempenha um papel muito importante, diferentemente do que desempenha em toda a economia anterior**, embora, tenha-se em conta, somente onde se parte da análise de um regime econômico dado e não de especulações abstratas acerca dos conceitos e das locuções “valor de uso” e “valor”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARCANHOLO, M. D. (2008) A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. **Economia**, v. 9, n. 14, p. 17–42.

FREIRE, R. (1989) **Esboçando olhares : O Pensamento Marxista sobre a teoria de renda da terra e a comercialização capitalista de moradias**. In: ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

MARX, K. (1988) **O Capital: crítica da economia política - Livro 1**. [tradução de Rubens Enderle] São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2014) **O Capital: crítica da economia política - Livro 2**. [tradução e seleção de textos de Rubens Enderle] São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (1974) **O Capital: crítica da economia política - Livro 3**. Rio de Janeiro: Editora _____ Civilização Brasileira.

_____. (2008) **Contribuição à Crítica da Economia Política**. [tradução de Florestan Fernandes] São Paulo: Editora Expressão Popular.

_____. (2011) **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 ; esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2011) **Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolph Wagner**. [tradução de Evaristo Colmán]. In: Marx, K. *O capital*. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1956.

LENIN, V.I. (1897) **Para a caracterização do romantismo econômico**. Moscou.

ROSDOLSKY, R. (2001) **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. [tradução de César Benjamim] Rio de Janeiro: EDUERJ -Editora Contraponto.

SWEEZY, P. M. (1973) **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 3ª edição.